

## **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

### **COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DA I CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (CONSOCIAL).**

#### **Ata da Quinta Reunião Ordinária Realizada em 08 de dezembro de 2011.**

Às dez horas e trinta minutos do dia oito do mês de dezembro de dois mil e onze, no auditório da Controladoria-Geral da União, na cidade de Brasília-DF, após constatada a existência de quórum regulamentar pela Secretaria, a Sra. Vânia Vieira, Diretora de Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) e Presidente da Comissão Organizadora Nacional (CON) iniciou esta Quinta Reunião com as presenças dos(as) seguintes integrantes da Comissão: Ana Carolina Evangelista (Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade – Suplente); Antônio Augusto de Miranda e Souza (Transparência Brasil – Titular); Arthur Serra Massuda (Artigo 19 – Titular); Caio Magri (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social – Suplente); Cássio Augusto Muniz Borges (Confederação Nacional da Indústria – Titular); César Bechara Nader Mattar Júnior (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Titular); Danilo Barbosa (Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade – Titular); Fábio Félix Cunha da Silva (Controladoria-Geral da União – Titular); Gláucia Elaine de Paula (Conselho Nacional de Justiça – Titular); Jorge Maranhão Tavares (A Voz do Cidadão – Titular); José Abel Brina Olivo (Observatório Social do Brasil – Suplente); José Antônio Moroni (Instituto de Estudos Socioeconômicos – Titular); José Marcos de Oliveira (Conselho Nacional de Saúde – Titular); Leice Maria Garcia (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Titular); Lizete Verillo (Associação Amigos de Ribeirão Bonito – Suplente); Luis Carlos Bolzan (Ministério da Saúde – Suplente); Marcus Onodera (Associação dos Magistrados Brasileiros – Suplente); Mariana Delgado de Carvalho Silva (Ministério da Justiça – Titular); Mario Luiz Bonsaglia (Conselho Nacional do Ministério Público – Titular); Mauro de Azevedo Menezes (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Osiris Barbosa de Almeida (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – Titular); Paulo Sérgio Silva (Associação Brasileira de Municípios – Suplente); Pedro de Carvalho Pontual (Secretaria-Geral da Presidência da República – Titular); Ricardo Augusto Poppi Martins (Secretaria-Geral da Presidência da República – Suplente); Renato Francisco dos Santos Paula (Conselho Nacional de Assistência Social – Suplente); Ricardo Monteiro Oliveira (Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais – Titular); Romiro Ribeiro (Câmara dos Deputados – Titular); Ruth Coelho Monteiro (Força Sindical – Titular); Samuel Fábio Ferreira Júnior (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – Suplente); Vagner Diniz (*World Wide Web Consortium* Escritório Brasil – Titular); Vânia Lúcia Ribeiro Vieira (Controladoria-Geral da União – Titular). Como observadores(as) estiveram presentes: Clóvis Henrique de Souza (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Daniela Silva (Transparência Hacker); Deisilu Guimarães (Associação Transparência Municipal); Fábio Henrique Carvalho Oliva (Associação Amigos de Ribeirão Bonito); Ivan Silveira da Costa (Observatório Social do Brasil); Livia Nascimento Félix (Ministério da Justiça); Pedro Markun (Transparência Hacker); Rita de Cássia Rosa Telles (Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade) e

Thiago Faria Dias (Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais). Da equipe técnica da Controladoria-Geral da União estiveram presentes: Ana Cláudia Castro, Antônio José de Barros, Flávio Márcio Castro Guedes, Fúlvio Eduardo Fonseca, Guilherme Augusto Sousa Guedes, Jéssica Fernandes da Silva, Luzia Nunes, Maria Thereza Teixeira e Sara Poletto. Presidente da CON: saúda os participantes dando as boas-vindas, agradece a presença de todos(as) nesta reunião realizada nas dependências da CGU, desta vez com uma platéia assistindo e também com transmissão *on-line* em tempo real. Cumprimentando os que acompanham a reunião pela Internet, agradece o Ministério da Saúde e o Datasus pelo apoio na transmissão e avisa que os internautas poderão encaminhar perguntas pelo *Twitter*. Dando início à quinta reunião da CON, sinaliza o comparecimento de algumas entidades que ainda não estiveram presentes e propõe, por isso, uma rodada de apresentações. Apresentam-se Vânia Vieira (CGU), Fábio Félix (CGU), Ruth Monteiro (Força Sindical), Osiris de Almeida (MCCE), Jorge Maranhão (A Voz do Cidadão), Caio Magri (Instituto Ethos), Danilo Barboza (Abracci), Romiro Ribeiro (Câmara dos Deputados), Paulo Sérgio Silva (ABM), Samuel Ferreira Júnior (Conic), José Marcos de Oliveira (CNS), Vagner Diniz (W3C), Arthur Massuda (Artigo 19), Lizete Verillo (Amarribo), Leice Garcia (MDS), José Antônio Moroni (Inesc), Mauro Menezes (OAB), Ricardo Oliveira (Conaci), José Abel Olivo (OSB), e César Mattar (Conamp). Presidente da CON: hoje nossa agenda será um pouco diferente, com uma reunião de um dia dividida da seguinte maneira, na parte da manhã teremos a reunião da CON propriamente dita para compartilharmos informações, fazermos um balanço dos preparativos e avaliarmos decisões importantes a serem tomadas e, pela tarde, vivenciaremos a primeira conferência livre da CON e, a pedido de membros da comissão, discutiremos o Eixo 4 da Consocial, já que amanhã será comemorado o Dia Internacional de Combate à Corrupção, razão pela qual a reunião foi marcada para hoje. Assim, poderemos aprovar propostas concretas da própria CON para a etapa nacional da Conferência. Não haveria melhor forma de começar este encontro do que apresentando um vídeo da Consocial feito em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e que já está sendo distribuído e veiculado por algumas TVs públicas. Trata-se de uma peça que convida as pessoas a participarem da Consocial e já tivemos notícia que no domingo, em horário nobre, a Rede TV transmitiu nosso vídeo, que apresentamos aos senhores(as) com muita satisfação. *Apresentação do Vídeo (aplausos)*. Presidente da CON: espero que tenham gostado, é uma forma leve de abordar o tema, o vídeo está no *site* da Consocial, convido os parceiros a distribuírem em suas páginas. Também iremos apresentar um discurso do Ministro Jorge Hage a ser encaminhado para todas as conferências estaduais para compartilhar a mensagem do Ministro, que é o presidente da Consocial. *Apresentação do discurso do Ministro (aplausos)*. Presidente da CON: dando seguimento, apresentaremos um balanço aos membros da CON sobre o processo das conferências municipais e estaduais. Desde outubro, quando realizamos a última reunião, já havíamos conseguido o sucesso de termos a Consocial convocada por todos os governadores, sendo que a conferência estadual de Goiás foi realizada no último final de semana. Em outubro, 9 estados não haviam constituído suas Comissões Organizadoras Estaduais enquanto hoje falta apenas Roraima, além de termos a aprovação de 26 regimentos estaduais. Quanto às etapas municipais, contamos com 528 conferências convocadas, sendo 378 estritamente municipais e 107 regionais – com mais de um município envolvido – e 49 conferências livres, totalizando 1651 municípios. Esse é um número que nos alegra e que inclui quase todas as capitais, salvo Macapá, que está

em um estágio avançado, com a conferência devendo ser convocada possivelmente no início de janeiro, assim, gostaria que as entidades da CON oferecessem o apoio necessário à capital do Amapá. Quanto às estatísticas municipais, os números informam que o Maranhão possui o maior percentual de municípios participando, somando 215. Em seguida, o estado do Paraná com 98%, Santa Catarina com 91%, Tocantins com 84%, Ceará com 46%, e assim por diante. Entre os estados com o menor número de conferências municipais convocadas temos o Piauí com apenas 2 municípios, Pernambuco com 5 municípios, Rio Grande do Norte com 6 municípios e São Paulo com apenas 24 municípios. Quanto ao Piauí, trazemos uma informação que talvez seja a razão do número baixo de convocações municipais, que foi um incêndio ter, infelizmente, atingido o prédio da controladoria estadual, esse foi um grande problema que comprometeu o trabalho naquele estado. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: deveríamos acrescentar na estatística o percentual da população representada, já que ela não é igualmente distribuída entre as unidades da federação. Presidente da CON: sim, o Fábio nos informa que é conveniente, pois o número de participantes em Goiás não foi muito alto, com 150 delegados. Secretaria-Geral da Presidência da República: favorável que tenhamos esse dado para o nosso uso na Comissão, mas torná-lo público daria margem para setores questionarem a representação. Conselho Nacional de Saúde: a informação que nos chama a atenção é o fato do estado de São Paulo ter apenas 24 conferências municipais convocadas e, por isso, seria importante sabermos os desafios ou impedimentos que ocorreram no estado. A Voz do Cidadão: merece uma discussão a colocação do Ethos e a ponderação da Secretaria-Geral, se é pertinente discutir uma conferência de transparência sem transparência. É inevitável, se nós falarmos vai ser divulgado, a preocupação no Rio tem sido essa, com um impedimento da participação da sociedade civil. Presidente da CON: ao CNS, teremos um momento para debater as estratégias de mobilização e engajamento dos municípios. Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: aproveitando a questão posta em debate, é óbvio que a transparência é importante mas concordo com a Secretaria-Geral porque temos participado de muitas conferências e algumas não têm o número que gostaríamos, até por interesses dos poderes e setores conservadores, mas isso não desqualifica a conferência. Desde 2003, os debates têm sido qualitativos, independente do número de participantes, assim, nos interessa que haja a conferência para levarmos a mensagem a toda a sociedade, mas sem ficarmos presos a esse tipo de número quantitativo ou percentual. Associação Amigos de Ribeirão Bonito: respondendo por São Paulo, a Amarribo, o Artigo 19, o Ethos e as Cidades Sustentáveis participamos da COE e podemos informar sobre a baixa participação. Em uma análise da COE, essas 24 conferências municipais correspondem a 70% das regiões de governo, regiões-polo que vão ter impacto, levando em conta que o estado de São Paulo deveria ter uma participação mais forte. Tivemos 5 reuniões da COE que simplesmente não andavam, a Amarribo havia sido excluída e entramos após 5 reuniões, foi difícil e começamos a avançar agora, lembrando que outras 5 entidades pleitearam a entrada na COE. Perdemos tempo e esperamos recuperar. Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais: esclarece que no Espírito Santo está constando 14.10% de municípios que convocaram, mas o movimento tem crescido muito, 3 regionais foram convocadas e esperamos que entre 54% ou 60% dos municípios capixabas terão convocado suas conferências. Coordenador-Executivo da CON: temos em nosso controle que entre os 18 maiores municípios do Espírito Santo, 7 já convocaram. Ter uma visão da população apresenta essa vantagem. Presidente da CON: é importante termos a informação que municípios importantes do estado de São

Paulo já convocaram, suas conferências. World Wide Web Consortium Escritório Brasil: reforça a importância da discussão sobre a mobilização em 4 estados, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, pois a soma dos municípios representa quase 50% dos municípios brasileiros e uma fraca participação nesses 4 estados pode resultar também em um baixo compromisso desses estados. Presidente da CON: pretendemos discutir essa estratégia pela manhã. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: voltando à questão da transparência, parece que vamos discutir estratégias e, nesse ponto, é preciso ter clareza entre o princípio da transparência e o princípio da mobilização, é preciso ter equilíbrio entre essas duas finalidades e saber o que vamos divulgar para atingir o resultado que a gente precisa. Evidentemente, se nós divulgarmos todos os dados o tempo inteiro de um processo ainda em discussão, isso pode reverter contra a mobilização. Temos que pensar no que divulgar, em que momento e pra que, pois o formato da transparência, o tipo de informação e a linguagem mudam. Presidente da CON: temos um aviso aos internautas, o Fábio informa que as pessoas não estão conseguindo assistir pelo navegador Firefox, assim, recomenda-se tentar pelo Internet Explorer. Observatório Social do Brasil: na reunião passada alertamos sobre a questão da participação. Temos que discutir o controle social, privilegiar esse ponto e trazer a sociedade para discutir, estamos perdendo essa oportunidade, as grandes cidades do Paraná ficaram de fora nesse processo regional para privilegiar os pequenos municípios. A participação foi muito pequena, com um movimento “chapa branca” apenas para cumprir o cronograma de forma mecânica, sem buscar o envolvimento da população, O vídeo apresentado seria bom há 6 meses atrás, mas para o Paraná esse vídeo perdeu o efeito, se não houver participação o resto fica comprometido. Presidente da CON: essa é uma preocupação de todos nós, o documento que será objeto de análise desta CON fará recomendações. Lembro que o ótimo é inimigo do bom, estamos na primeira conferência e teremos muitas outras, o que não for possível agora será feito nas próximas. Transparência Brasil: discutindo os desafios das conferências municipais, proponho uma discussão baseada no censo do IBGE, no volume das populações envolvidas, inclusive na distribuição entre os estados. Sem desmerecer o Maranhão, a população brasileira precisa estar informada desses espaços para intervenção e propositura para o controle social e nos nossos maiores estados, pelo censo de 2010, o desempenho está aquém do necessário – SP, MG, RJ, BA, RS, PR e PE. Esses 7 estados representam entre 60% e 70% da população brasileira e o mal desempenho da Consocial nesses estados nos coloca uma questão sobre a representatividade se ela não acelerar o processo nesses estados. Consulto a mesa sobre as propostas feitas na última reunião da CON a respeito da ampliação da divulgação nos canais oficiais existentes para auxiliar no esforço de alcançarmos nossa meta. Presidente da CON: no início dessa reunião divulgamos um vídeo que já é parte do esforço para divulgar a Consocial, junto com outros produtos para os próximos dias. O vídeo está sendo veiculado por canais públicos e TVs abertas, além dos *spots* de rádio que podem ser utilizados. Destaco o que foi discutido na última reunião, é natural que uma primeira conferência sobre um tema que é debatido pela primeira vez não tenha tantas entidades consolidadas como em outras áreas. Estamos tentando trazer essas entidades para o nosso debate, abrir espaço e disputar espaço com outras políticas públicas e agendas. Não creio que precisamos colocar em cheque a legitimidade e a representatividade, precisamos avançar, se os colegas puderem aguardar para concluirmos o balanço. Secretaria-Geral da Presidência da República: ocorre a idéia de tentar, via conselhos nacionais de outras políticas, com mais capilaridade, que eles estejam à frente das propostas nos municípios, podemos tentar acioná-los. Presidente

da CON: vamos discutir esse ponto nas estratégias, o CNS se dispôs a contribuir e vamos ajudá-lo. Seguindo com balanço, temos as conferências que já foram realizadas, das 528 conferências municipais convocadas, 422 foram realizadas, sendo 296 municipais, 83 regionais e 42 conferências livres, totalizando 1252 municípios envolvidos. Recebemos os relatórios de 23 conferências livres, com mais de 3 mil participantes, o que indica que as conferências livres têm servido para ampliar a participação, sendo um canal para fomentar o debate e colher propostas. A Consocial não se restringe às conferências convocadas pelos governos e, assim, tivemos 2 conferências convocadas pela sociedade civil, em Valparaíso de Goiás e em Roraima, o que nos chama a atenção, pois naquele estado o regimento não foi aprovado nem a COE instituída, mas no pequeno município de Normandia a sociedade civil convocou a conferência. Deve-se destacar que ainda temos muito tempo para que as conferências possam ser convocadas pela sociedade civil, já que o prazo se encerra no final de janeiro, pois definimos que os municípios deveriam convocar 60 dias antes da convocação das etapas estaduais. Assim, entramos no período que o prazo para as prefeituras se encerra mas temos ainda o prazo pra a sociedade civil e, nesse ponto específico, gostaria de discutir na CON como estimular a sociedade civil a usar esse dispositivo. Quanto às conferências relatadas, foram 189 que nos enviaram o informe, temos que atentar para isso, pois se os relatórios não chegam é como se as conferências não tivessem acontecido. No *site* da Consocial, há um espaço específico para enviar o relatório e no item “transparência Consocial”, já divulgamos em formato aberto as informações disponíveis inclusive para a Transparência Hacker com o perfil dos participantes e as propostas. Por exemplo, a criação de disciplinas nos currículos é a proposta mais recorrente, mas precisamos de mais relatórios. Voltando ao balanço, temos 2089 delegados eleitos que estão aptos a participarem das estaduais e 3292 propostas que se dividem de maneira uniforme entre os 4 eixos temáticos. Essas são, portanto, as principais informações para compartilhar sobre o diagnóstico do processo em todo o Brasil. Associação Brasileira de Municípios: voltando ao ponto do primeiro *slide*, com os 4 primeiros estados em percentual de convocação, é importante conhecer qual a razão de MA, PR, SC e TO estarem no topo, 100% acima do quinto lugar que é o CE. A divulgação pode ter sido baixa, mas na Bahia fizemos uma oficina preparatória, na qual a CGU participou, onde tivemos 130 municípios, e posteriormente os municípios consultaram a CGU regional sobre a obrigatoriedade da Consocial e como a convocação não era obrigatória esses municípios se acomodaram. As COEs se formaram muito tardiamente e um outro ponto é que deveria haver mais interação entre a CGU regional e algumas instituições aqui presentes, mas temos condição de colaborar nos outros municípios que ainda não constam no levantamento. Se não houver por parte da COE um direcionamento quase impositivo, os municípios ficam acomodados. Percebemos ainda que mesmo o município tendo apenas 30% da representatividade, é ele que conduz as discussões, a sociedade civil não se faz representar, pois nas 2 conferências que participamos foram partidos políticos, com baixa participação de movimentos sociais e de líderes comunitários. Minha sugestão é estimular a imprensa a realizar conferências livres, em todas as regiões há espaço para isso, desde que se busque a mobilização com a imprensa, como em programas de rádio. Presidente da CON: em relação à abrangência dos municípios, aqueles estados que optaram pela regionalização alcançaram um grande número de convocações, além do fato da associação de municípios do Paraná e de Santa Catarina terem apoiado o processo. A conferência não é obrigatória, isso sabemos desde o início, ela não pode ser imposta e, por isso, a atuação das entidades é importante para conscientizar as prefeituras. Sobre a suposta baixa participação da sociedade civil os números mostram

outra realidade, se olharmos o perfil dos participantes, observem que dos 23.665 inscritos constam 55% da sociedade civil. Dos delegados eleitos, é um número até maior. Associação Brasileira de Municípios: são conferências de partidos políticos e sindicatos e não propriamente da sociedade civil, esse é um detalhe que quero trazer ao plenário já que outras instituições não estão participando. Secretaria-Geral da Presidência da República: é importante o relato mas não temos dados para generalizar. Pensar em observar outros municípios para ver se apresentam essa conformação que aparece em Lauro de Freitas e Itabuna, nesse sentido o alerta é importante. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: havia proposto aparecer apenas a quantidade da população. A pergunta sobre a estratégia de mobilização para municípios com mais de 100 mil habitantes endossa a proposta, devemos conhecer os municípios, saber quem convocou e quem não convocou, a Vânia trará um ponto de pauta com recomendações que CON faz para ampliar a participação da sociedade civil no processo de debate de quem já convocou e insistir no aperfeiçoamento para quem não convocou, saber os critérios dos regimentos, desenhar o cenário que temos pela frente e acrescentar que temos que aumentar e estimular as conferências livres, que são um processo novo e transversalizado. Presidente da CON: já estamos providenciando, temos um cenário preparado para mostrar os municípios e a população mobilizada. Instituto de Estudos Socioeconômicos: uma questão de encaminhamento, são 11:30 e ainda estamos recebendo as informações sobre o processo. Devemos ler a carta de recomendações, discutir estratégias e depois ver o que pode ser incluído na carta de recomendações. Presidente da CON: estamos com o cenário de municípios, a proposta é que nos dediquemos prioritariamente aos municípios com mais de cem mil habitantes, considerando o seu impacto. *Apresentação de Antônio Barros (CGU) sobre a convocação nos municípios com mais de 100 mil habitantes.* Presidente da CON: exemplifica os municípios por estado que precisam ser trabalhados, a idéia é como traçar estratégias para trazer esses municípios para a Consocial. Em seguida, apresentaremos o documento já circulado aos membros da CON. Poderíamos abordar as estratégias e depois as recomendações. Coordenador-Executivo da CON: a situação levantada nos municípios com mais de 100 mil habitantes serve para visualizarmos as estratégias. A partir de janeiro e fevereiro entramos no período em que a sociedade civil pode convocar. Nesse período, o prefeito ainda pode convocar, mas sem a primazia, dividindo com a sociedade civil essa competência. Devemos orientar a sociedade civil de como convocar e identificar nesses municípios as entidades existentes, fazer um levantamento dessas entidades e, para isso, contamos com a colaboração dos membros da CON, indicando as entidades que estão nos municípios para identificarmos os atores que podem convocar conferências no ano que vem e orientá-los. Quanto à divulgação, a CGU tem feito o possível, enviamos ofício para todos os prefeitos, os servidores das regionais estão conversando com os municípios, produzimos o vídeo, temos muitos outros materiais de divulgação, mas observamos que há membros da CON que ainda não colocaram em suas páginas o *link* para o nosso *site*, pedimos o apoio e também que façam uma reflexão de como podem ajudar a divulgar a conferência. Presidente da CON: cerca de 120 municípios com mais de cem mil habitantes se enquadram no cenário que priorizamos, a idéia da CGU é que COEs e as unidades regionais da CGU mais uma vez contatem os prefeitos, também pedimos o apoio do Conaci e da ABM para ajudar nessa tarefa. Faremos esse contato com os governos e pedimos às entidades da sociedade civil que participam da CON que ajudem na identificação das organizações que poderão fazer esse trabalho nos municípios. Lembro que no último dia 18/11 foi sancionada a Lei de Acesso à

Informação e ela entrará em vigor no primeiro dia da etapa nacional da Consocial, sendo mais um motivo para nos fortalecermos. Podemos dar esse encaminhamento, qual seja, focar nos municípios com mais de 100 mil habitantes, colocar no *site* esses documentos e circular para os membros da CON. World Wide Web Consortium Escritório Brasil: para complementar, pede que a sociedade civil ajude na identificação de interlocutores, mas precisamos de mais dados, abrir mais as informações que se tem, a ABM falou da dificuldade quanto ao perfil das representações, precisamos saber quais os municípios que convocaram de um jeito mais acessível como informação e publicar esses números, talvez não como *ranking*, mas em ordem alfabética, para a sociedade civil os analise. Presidente da CON: temos no formulário em que os participantes das conferências preenchem um campo onde informam de onde eles são e isso compõe os arquivos, assim, é possível fazer esse trabalho para identificar as entidades dos participantes. Todas as informações que dispomos estão no *site* e em formato aberto, mas se algo não está, que seja incluído. Transparência Brasil: se formos ao *site* da Consocial tem um *banner* onde é possível consultar se o município já realizou a conferência, mas não é uma informação tratável, pois para sabermos temos que consultar cada município. A informação pode ser aprimorada na sua exibição para termos um corte para o dado bruto. Presidente da CON: a coordenação-executiva informa que esse dado, de fato, não está disponível, mas pedimos à empresa que administra o *site* que tome as providências. Associação Brasileira de Municípios: se tivermos acesso a essa listagem, em cinco dias temos condição de fazermos um censo junto às prefeituras e identificar as pessoas designadas. Presidente da CON: hoje essa lista estará nos *e-mails* e no *site* para esse trabalho. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: devemos dialogar diretamente com os prefeitos, encaminhar as recomendações aos prefeitos assinadas pelas entidades da CON, sem prejuízo de identificar os atores envolvidos. Presidente da CON: muito bem, a idéia é encaminharmos o ofício aos 120 prefeitos e, se estiverem de acordo podemos listar todos os integrantes da CON. Instituto de Estudos Socioeconômicos: concorda que se liste as organizações, mas algumas não estão nessa listagem, como o Inesc que ainda não aparece. Além dessa carta aos municípios com mais de cem mil habitantes que estamos focando, valeria a pena enviarmos a mesma carta para os outros municípios que ainda não convocaram, como uma última tentativa, e aqueles que já passaram, as entidades da CON poderiam distribuir para as entidades que ainda podem convocar. Pergunto como fica a situação quando o município convoca no prazo da sociedade civil, pois em um ano eleitoral isso pode ser complexo em vários municípios. Outra questão envolve saber quais os estados têm uma baixa convocação que demandaria uma ação de diálogo com as COEs, que devem mobilizar os municípios nos casos possíveis. Todo material aos municípios tem que ser enviado também para as COEs. Outra idéia seria uma reunião da CON com as COEs antes da realização das etapas estaduais. Sobre a recomendação, o termo “sociedade civil” cabe tudo, ou deixamos de maneira ampla, ou restritiva. Mas é difícil definir, não fizemos antes. Presidente da CON: quanto à estratégia de envolver os municípios menores, a priorização daqueles com mais de cem mil habitantes não exclui o trabalho com os demais, podemos nos comprometer em priorizar os maiores e fazer uma nova rodada com os demais, mas por enquanto não temos condições de atuar simultaneamente. Sobre o encontro com as COEs, atendendo à Abracci, pré-agendamos uma reunião no início de fevereiro, entre os dias 1 e 3, para dialogarmos com os representantes de todas as COEs, com seus presidentes ou substitutos a fim de discutirmos as recomendações aprovadas hoje e coordenarmos os trabalhos. Contamos, assim, com a disposição de ficarem mais dias

conosco, pois teremos treinamento de metodologia. Transparência Brasil: sobre municípios com mais de cem mil habitantes, sugiro que, assim como aos prefeitos se oficie as câmaras municipais e os conselhos municipais de saúde, educação e merenda poderiam ser instados, no âmbito de sua dinâmica de funcionamento, a discutirem os desafios do controle social em reunião específica e que fosse relatada à secretaria da Consocial. Presidente da CON: foi registrada a sugestão, talvez o CNS possa ajudar a pensar em como envolver os conselhos. Conselho Nacional de Saúde: o conselho seria pautado sobre a Consocial em janeiro, mas podemos fazer em dezembro. A partir disso podemos aprovar uma recomendação do CNS dirigida aos conselhos estaduais e municipais. Temos 2 instituições na CON que são as entidades religiosas e as centrais sindicais que estão em todos os conselhos de saúde, tanto nos conselhos estaduais como nos municipais. Comprometo-me a acionar o CNS para contatar essas entidades imediatamente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: sugestão para os ministérios setoriais que executam as políticas públicas condicionadas ao funcionamento dos conselhos que se agreguem a esse esforço, o MDS talvez pelo CNAS, com a mesma estratégia também no Ministério da Educação. Presidente da CON: seria excelente, são os três ministérios com instâncias de conselhos, o MDS, o MEC e o MS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: podemos conversar com os assessores especiais desses ministérios e marcarmos uma reunião. Ministério da Saúde: podemos fazer sem problema, encerramos a 14ª Conferência Nacional de Saúde, nada nos impede de mantermos o contato e convidarmos os conselhos a participarem. O José Marcos sabe, nós temos uma página muito acessada, podemos colocar um *link* e, conversando com o Fábio, já coloquei a estrutura de videoconferências à disposição, se as COEs entenderem que pode ser útil, podemos marcar com os estados previamente. Além disso, é possível colocar a ouvidoria do Ministério da Saúde à disposição, por exemplo, com um *spot* sobre a Consocial nas chamadas para a ouvidoria por telefone. E lembro ainda que o Ministério da Saúde tem um departamento de apoio à gestão participativa que tem o contato com os conselhos municipais, se houver um texto podemos enviar por *e-mail*, estamos à disposição. Presidente da CON: muito bom, essa disposição é tudo o que gostaríamos de ouvir. Vamos providenciar o *spot*, a videoconferência também tentaremos agendar com as COEs antes de fevereiro por meio do sistema do Ministério da Saúde. Força Sindical: estamos indo muito bem, tudo está bem encaminhado em vista de outras conferências, a Consocial está sendo organizada no Brasil inteiro, é uma conferência inédita e até agora o resultado obtido é muito satisfatório. Temos agora que focar e não dispersar, se mobilizarmos os municípios com mais de cem mil habitantes seria um grande êxito, é importante a idéia de comunicação com os conselhos municipais, mas incluindo os conselhos de previdência social, da criança e adolescente e as comissões municipais de emprego, fazendo um levantamento das pessoas que participam, pois elas podem ser acionadas para impulsionar os processos em seus municípios. Associação Brasileira de Municípios: quero sugerir que os representantes do ministério público conversem com os prefeitos, se as duas associações presentes pedissem aos promotores para se dirigirem aos prefeitos. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público: o tema está relacionado com o ministério público, mas ele tem regras de funcionamento próprias, acompanho mais como observador e não vejo como encaminhar uma proposta para os promotores e procuradores do país todo conversarem com os prefeitos pois isso até seria visto como uma atuação indevida do Ministério Público. Ordem dos Advogados do Brasil: a OAB tem sub-seccionais praticamente em todos os municípios que não convocaram, podemos oficiar os presidentes sobre a

conveniência de articularem a convocação. Associação dos Magistrados Brasileiros: há mais de 285 municípios com mais de cem mil habitantes, o que equivale a 140 milhões de pessoas, ou 78% da população brasileira. Parece uma proposta acertada. Quanto ao engajamento, a magistratura brasileira está sempre de portas abertas, convido a CON a oferecer palestras e cursos, se for possível, na pessoa de sua presidente, é viável colocar no nosso *site*, mas essa integração com debates e palestras seria um prazer e estamos de portas abertas. Presidente da CON: obrigada, estamos à disposição. Artigo 19: como informe, o Ministério Público do Pará enviou ofício aos prefeitos. Presidente da CON: o Fábio lembra que isso aconteceu também em outros estados. Encerrando esse ponto, vamos priorizar como estratégia os municípios com mais de cem mil habitantes, contamos com a ajuda da sociedade civil e daqueles que se manifestaram, MS, MDS, OAB, é muito bom saber que podemos contar também com a OAB, mandaremos uma minuta com informações sobre a Consocial. Passando à análise da proposta de recomendações que encaminhamos previamente, essa iniciativa surgiu a partir de preocupações da sociedade civil, que tem recebido alguns relatos que podem comprometer o sucesso da Consocial e, assim, a idéia é que a CON encaminhe às comissões estaduais e municipais as recomendações inseridas nesse documento. Além das regras previstas nos regimento, estabeleceremos parâmetros de boas praticas para a realização das conferências. Encontra-se sob análise dessa CON o documento proposto. Transparência Brasil: uma sugestão de redação, no item 1, explicitar o que seja “amplamente divulgado” indicando a necessidade de publicação em veículo de comunicação do município ou região. Presidente da CON: estamos tomando nota, lembrando que o decreto de convocação precisa ser publicado, mas é conveniente que a divulgação também seja feita assim. Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das Capitais: sugerir a correção no item 10, trocando por “prevalecente”. Propor um item com a seguinte redação: “qualquer participante da sociedade civil devidamente inscrito nas etapas municipais/regionais estará apto a candidatar-se como delegado, não havendo a necessidade de estar formalmente vinculado”. Instituto de Estudos Socioeconômicos: não sei se esse é o instrumento para se incluir a possibilidade de choque de convocações. Presidente da CON: podemos incluir, até para dirimir quaisquer duvidas, mas entendo que o regimento já indica que valerá a conferência que primeiro for convocada. Pergunto sobre a conveniência de anteciparmos essa situação já nas recomendações, pois isso não é de fácil explicação. Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade: no item 3, especificar a proporcionalidade que se deseja. Instituto de Estudos Socioeconômicos: não me lembro do regimento, mas pergunto como será o financiamento para os delegados nacionais. Presidente da CON: não está previsto no regimento. Coordenador-Executivo da CON: está nos manuais das conferências estaduais que a CGU vai custear a passagem aérea de todos os delegados, assim como a hospedagem e a alimentação em Brasília. Presidente da CON: custearemos as passagens aéreas, pois por uma questão jurídica não poderemos financiar passagens terrestres, mas tentaremos também o apoio dos estados quanto aos delegados. Instituto de Estudos Socioeconômicos: no item 10, acrescentar que a sistematização esteja disponibilizada. Transparência Brasil: no item 4, sugere que a redação indique a vedação à utilização para fins político-eleitorais da Consocial, exemplificando, presença de bandeiras, faixas associadas a propaganda no processo eleitoral e que sejam relatadas à coordenação nacional denúncias quanto à eventual ocorrência. Presidente da CON: quanto à vedação, registro que a CNI nos fez chegar a sugestão que a Consocial “não pode” ao invés de “não deve”. Sobre a possibilidade de denúncia, será que precisaríamos colocar? Secretaria-Geral da Presidência da

República: como a etapa nacional será em maio, pela lei eleitoral nem será possível fazer campanha. Presidente da CON: entrar em muitos detalhes poderia mais prejudicar nesse caso. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público: a lei eleitoral já veda essa prática, é uma infração grave. Talvez seja oportuno constar essa questão. Associação Amigos de Ribeirão Bonito: para exemplificar o item 10, explicar porque ele entrou. Houve conferências em que não aconteceu agrupamento de propostas na sistematização. Não tenho sugestão concreta, mas a comissão pode ficar atenta a isso. Presidente da CON: o documento com as recomendações será encaminhado às comissões municipais e estará no *site*. Conselho Nacional de Justiça: para trabalhar com os meios de comunicação, suponho que a assessoria de comunicação tenha um *mailing*, especialmente nos municípios menores, pois seria uma pauta de interesse. Sobre o item 10, essa preocupação tem que estar presente. Presidente da CON: de fato, temos que incrementar a divulgação até pelas redes sociais que têm sido um dos nossos principais canais. Associação Brasileira de Municípios: seria interessante constar nas recomendações que elas não substituem o texto-base, o regimento e outros documentos já produzidos. Presidente da CON: muito conveniente, não custa reforçar que as recomendações complementam as regras já estabelecidas. Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: fui delegado nacional na Conferência Nacional de Cidades em 2003, mas meu nome não constava, então me encaixaram em outra lista. Poderia sair uma recomendação sobre a lista final dos delegados eleitos na conferência para que o próprio delegado eleito assine que ele participou. Presidente da CON: essa informação já está nos relatórios encaminhados pelo sistema. Talvez possamos colocar expressamente que as propostas deverão ser respeitadas, incluir a eleição dos delegados também como um ponto no item 7. Força Sindical: ainda sobre estratégia, teremos uma Conferência Nacional de Mulheres entre os dias 12 e 15/12, se conseguíssemos um espaço para divulgar. Presidente da CON: compartilhamos que estaremos na Conferência Nacional da Juventude e também na das mulheres. Força Sindical: uma sugestão minha na reunião passada ainda não foi adotada, que seria colocar os nomes dos integrantes da CON junto a sua entidade, assim como o *e-mail*. Presidente da CON: mais comentários sobre as recomendações? Se todos estão de acordo, providenciaremos as alterações e elas passarão a ser 12, incluídas as propostas do Conaci e do Inesc. A redação será ajustada e o documento será encaminhado ainda este ano. Reforço o convite para que todos estejam presentes na solenidade amanhã. Mais um item de pauta, a questão dos convidados e observadores, trouxemos para a CON decidir como vamos defini-los para a etapa nacional. Cada órgão aqui representado indicaria até 2 convidados e 2 observadores. Os convidados são custeados e têm direito a voz, enquanto os observadores não são custeados e não têm direito a voz ou voto. A proposta é que cada um traga os nomes, pois o regimento prevê que a CON indicará esses participantes. Encaminhar até o dia 31/01 para que na reunião de fevereiro possamos aprovar essa lista e tomarmos as providências. Quanto aos convidados do poder público, como é feito em todas as conferências, os ministérios serão contatados para indicarem os delegados para as vagas que lhes cabem. Coordenador-Executivo da CON: as sugestões de observadores poderão ser feitas pela Internet, até para recebermos a candidatura das pessoas, além das indicações da CON, que também serão trazidas para esta Comissão. Presidente da CON: também serão convidados organismos internacionais. Vocês podem encaminhar as listas com 2 convidados e 2 observadores. Conselho Nacional de Saúde: ao colocar 2 convidados, seria para palestrante? Nas Conferências Nacionais de Saúde abolimos a categoria de observador e os convidados contribuem como palestrantes, mediadores, etc. Coordenador-Executivo da CON: os perfis estão no

regimento interno, onde especificamos as categorias de participação na Consocial. Os delegados são eleitos conforme as proporções, além daqueles indicados pelo poder público, os membros da CON e os presidentes das COEs. Os convidados têm a função de enriquecer o debate, sem direito a voto, sendo responsabilidade da CON a aprovação das indicações, assim como a dos observadores, que apenas acompanharão o processo. Essas são as condições colocadas, para o que pedimos o apoio da CON para as indicações. Esse pedido será feito por *e-mail* aos membros da CON e as indicações serão apresentadas na próxima reunião. Como temos uma limitação numérica, estabelecemos como delegados 1200 pessoas e a conferência terá 1500 participantes, sendo, portanto, 300 vagas para distribuímos entre convidados e observadores. A Voz do Cidadão: juntando a fala do Ministério da Saúde sobre um *spot* a ser utilizado no telefone e mais o convite aos ministérios, poderia haver uma negociação, talvez com interveniência da Secretaria-Geral para vender o espaço da Consocial. O convite aos ministros não seria apenas para participar, mas seria um bom espaço para divulgarem suas ações, e isso seria vendido, como uma troca, o ministério daria um canal para divulgação e a Consocial ofereceria um espaço para o ministério no evento. Presidente da CON: a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República não pôde estar presente hoje, mas a idéia é boa, com os Correios temos essa parceria. Se não temos outros comentários, passamos ao último ponto de pauta, que vem a ser o cronograma de realização das conferências estaduais e municipais. Quase todas as conferências estaduais acontecerão no mês de março, então peço o apoio para cobrirmos a participação da CON nas etapas estaduais e pelo menos nas capitais, pois é importante que a CON esteja presente, não apenas a Coordenação-Executiva. Transparência Brasil: esse convite a nossa participação é bem-vindo mas consulto se o custeio será oferecido. Presidente da CON: possivelmente sim, mas ano que vem teremos outro orçamento e não sabemos se haverá outro contingenciamento. Esperamos contar com os membros da CON, encaminharemos o cronograma por *e-mail*. Aproveito para perguntar se chegou algum comentário dos internautas. Ana Cláudia Castro: as pessoas têm comentado sobre a reunião, um membro do Conaci, por exemplo, enviou um comentário. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: é um item fora da pauta, não sei se todos estarão à tarde, mas peço que se inclua no registro o requerimento que a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção protocolou na mesa da Câmara dos Deputados, com uma mensagem dirigida à Presidente da República, propondo um pacto de combate à corrupção e à impunidade nos três poderes. Podemos conversar à tarde, mas é um documento importante. Presidente da CON: está registrado em ata. Encerramos a parte da manhã, teremos uma hora de almoço e às 14:00 começamos a outra etapa que será uma conferência livre.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Senhora Presidente da CON encerrou a presente reunião às treze horas, determinando a lavratura desta Ata, que após aprovada será assinada por Sua Senhoria e por mim, Secretário.